

13 DE MAIO - 19H ÀS 20H30

SABADÃO

DA REVISÃO

PM PARAÍBA



JEAN WALLNEY

**DIREITO CONSTITUCIONAL
& PENAL MILITAR**

 **anos**

SUMÁRIO

SABADÃO PMPB	2
DIREITO PENAL MILITAR.....	2
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	5
GABARITO.....	9

SABADÃO PMPB

DIREITO PENAL MILITAR

1.) O Sd. Calvino estava escalado para fazer a vigilância do paiol de munições do seu quartel no dia 01/01/2017. No entanto, ele, sem avisar aos seus superiores, não compareceu ao quartel no dia 01/01/2017.

Sobre o ocorrido, é correto afirmar que o Sd. Calvino cometeu

- a) uma transgressão disciplinar.
- b) o crime de deserção especial, previsto no Aer. 190 do CPM.
- c) o crime militar de insubmissão, previsto no Art. 183 do CPM.
- d) o crime militar de omissão de vigilância, previsto no Art. 373 do CPM.
- e) o crime de abandono de posto ou serviço, previsto no Art. 195 do CPM.

2.) Considera-se crime militar toda violação acentuada ao dever militar e aos valores das instituições militares. São propriamente militares os crimes cuja prática não seria possível senão por militar, haja vista ser essa qualidade do agente essencial para que o fato delituoso se verifique. Assim, dentre as alternativas abaixo, assinale a que contém somente crimes

- a) Desrespeito a símbolo nacional, desacato a militar, despojamento desprezível, aliciação para motim ou revolta, deserção.
- b) Recusa de obediência, descumprimento de missão, abandono de posto, motim e revolta, violência contra superior.
- c) Embriaguez em serviço, desacato a superior, oposição à ordem de sentinela, violação de sigilo funcional, resistência mediante ameaça ou violência.
- d) Desrespeito a superior, tráfico de influência, violência contra militar de serviço, publicação ou crítica indevida, dormir em serviço.

3.) O crime de Violência contra superior classifica-se como:

- a) de forma vinculada
- b) complexo
- c) de concurso necessário
- d) comum
- e) propriamente militar

4.) Considerando o artigo 9º do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar) e suas alterações dadas pelas leis nº 9.299/96 e nº 13.491/17, é correto afirmar que

- a) os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União somente se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.
- b) consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.
- c) os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais contra civil, serão da competência da Justiça Militar Estadual se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.
- d) consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, quando o agente for militar, independente de disposição especial.
- e) os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, praticados contra militares estaduais da ativa, da reserva, ou reformado, ou civis serão da competência da Justiça Militar Estadual processar e julgar o agente.

5.) A infração penal prevista no Código Penal Militar, sem correspondência no Código Penal Comum, específica e funcional do ocupante do cargo militar, que lesiona bens ou interesses das instituições militares no aspecto particular da disciplina, da hierarquia, do serviço e do dever militar, traduz a definição doutrinária de:

- a) crime militar em tempo de paz.
- b) crime impropriamente militar
- c) crime de mão própria.
- d) crime propriamente militar
- e) crime impossível militar.

6.) A respeito do crime de violência contra superior, é CORRETO afirmar que se

- a) o superior for comandante da unidade a que pertence o agente, ou oficial general, a pena será de detenção.
- b) a violência for praticada com arma, a pena será aumentada de dois terços.
- c) da violência resultar lesão corporal, aplicar-se-á, além da pena da violência, a do crime contra a pessoa.

- d) da violência resultar morte, a pena será de reforma.
- e) o crime ocorrer em serviço, a pena será aumentada de um terço.

7.) Em relação ao crime de abandono de posto é correto afirmar:

- a) é um crime de perigo. Consuma-se com a ocorrência de fatos lesivos à Organização Militar.
- b) a prisão pode se efetivar, independentemente de ordem fundamentada de autoridade judiciária competente.
- c) a alegação do pequeno lapso temporal de afastamento do posto é suficiente para elidir a ideia de ocorrência do crime.
- d) é um crime material. Consuma-se com a simples criação de perigo para o bem jurídico protegido, sem produzir dano efetivo.
- e) não há distinção entre posto e lugar de serviço. Ambos configuram um local amplo, onde o militar deve permanecer no exercício de qualquer função militar.

8.) Em relação aos crimes militares de dormir em serviço e embriaguez em serviço, é correto afirmar que

- a) a conduta culposa de dormir em serviço só se caracterizará como crime militar se o serviço exercido for o de sentinela.
- b) no caso de o militar ser surpreendido embriagado em serviço, não restará caracterizado o crime de embriaguez em serviço se for demonstrado que o militar se embriagou antes de assumir o serviço.
- c) para a caracterização do crime militar de embriaguez em serviço é necessário que seja demonstrado o perigo concreto provocado por esse estado do autor.
- d) o crime militar de dormir em serviço só admite a modalidade dolosa.

9.) A Lei nº 13.491/2017 alterou o art. 9º do Código Penal Militar e promoveu uma ampliação da competência da Justiça Militar. Ao lado dos crimes propriamente militares e impropriamente militares, a referida legislação instituiu os crimes militares por extensão.

Diante do exposto, é correto afirmar que o Código Penal Militar considera crime militar, em tempo de paz,

- A) aquele cometido por militar em situação de atividade que utilize armamento de propriedade militar.
- B) entre outros, o previsto na legislação penal comum, quando praticado por militar em serviço.
- C) todo aquele previsto na legislação penal comum, independentemente do sujeito ativo.
- D) todo aquele praticado por militares federais ou estaduais em situação de atividade.

10.) Assinale a alternativa que descreve uma conduta que se enquadra nas hipóteses previstas no art. 9º do Código Penal Militar.

A) Durante uma discussão sobre times de futebol, um Cabo da Polícia Militar, reformado, pratica o crime de lesão corporal contra outro Cabo da Polícia Militar, da ativa, que se encontrava de folga, em um bar.

B) Um Sargento da Polícia Militar, da ativa, durante a folga, utilizando arma da Instituição Policial Militar, pratica o crime de ameaça contra seu vizinho, civil, em virtude de este ter proferido palavras ofensivas à sua filha adolescente.

C) Um Soldado da Polícia Militar, da ativa, em serviço, efetua, intencionalmente, um disparo de arma de fogo para o alto em um lugar habitado, praticando o crime de “disparo de arma de fogo”, previsto no Estatuto do Desarmamento.

D) Durante uma discussão sobre times de futebol, um Cabo da Polícia Militar, da ativa, de folga, pratica o crime de lesão corporal contra outro Cabo da Polícia Militar, reformado, em um bar.

11.) O crime tipificado no art. 214 (calúnia), do Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM), é considerado pela doutrina como sendo

A) crime militar impróprio.

B) crime militar próprio.

C) crime putativo.

D) crime impossível.

E) atípico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.) **Maria**, no momento em que estava sendo atendida em uma repartição pública do Município Alfa, constatou que determinado servidor estava agindo com abuso de poder em detrimento da população em geral. À luz desse quadro, decidiu que solicitaria a adoção de providências, pela autoridade administrativa competente, contra o abuso de poder.

Maria exercerá o direito de:

A) petição, que independe do pagamento de taxas;

B) petição, que depende do pagamento de taxas;

C) ação, que independe do pagamento de taxas;

D) recurso, que independe do pagamento de taxas;

E) ação, que depende do pagamento de taxas.

2.) Jocielle e suas amigas organizaram uma reunião, a ser realizada na semana seguinte, na praça pública do Município Beta, com o objetivo de apresentar uma pauta de reivindicações para a melhoria do ensino municipal. Como essa foi a primeira reunião popular a ser marcada na história do Município, ela foi muito celebrada pela população.

A reunião, para ser realizada:

- A) deve ser autorizada pelo Ministério Público;
- B) deve ser autorizada pelo prefeito municipal;
- C) independe de aviso e de autorização, caso seja organizada por associação;
- D) independe de autorização, exigindo-se apenas aviso prévio à autoridade competente;
- E) deve ser comunicada ao prefeito municipal e autorizada pela Secretaria de Segurança Pública.

3.) O jornalista Pedro elaborou e divulgou matéria jornalística que desagradou profundamente a classe política do Estado Alfa. Apesar de a matéria retratar atos praticados por agentes públicos no exercício da função, argumentavam os atingidos que Pedro não poderia divulgá-los e que, além disso, não divulgara a fonte das informações.

A crítica dos atingidos está:

- A) correta, pois não se pode informar atos que atinjam pessoas determinadas, e o jornalista está obrigado a divulgar a sua fonte;
- B) incorreta, pois se pode informar atos que atinjam pessoas determinadas, e o jornalista não está obrigado a divulgar sua fonte;
- C) parcialmente correta, pois, embora se possa informar atos que atinjam pessoas determinadas, o jornalista está obrigado a divulgar sua fonte;
- D) parcialmente correta, pois não se pode informar atos que atinjam pessoas determinadas, mas o jornalista não está obrigado a divulgar sua fonte;
- E) incorreta, pois a liberdade de informação não tem limites específicos e não pode ser influenciada por outros direitos fundamentais, como a honra.

4.) Selma, após analisar a Constituição da República de 1988, constatou que o exercício de certo direito constitucional estava sendo inviabilizado em razão da falta de norma regulamentadora editada pelo poder competente.

Nesse caso, Selma pode ajuizar:

- A) mandado de segurança;
- B) pedido de reclamação;
- C) mandado de injunção;

- D) direito de petição;
- E) habeas data.

5.) A Lei federal nº XX impôs aos brasileiros, que viessem a ser convocados, a necessidade de cumprir determinada obrigação, em caráter gratuito, junto a uma estrutura estatal de poder, durante alguns dias a cada biênio. Aqueles que exercessem essa atividade seriam beneficiados com dois dias de folga ao trabalho, enquanto os que se negassem a atuar teriam restringidos determinados direitos. João, ao ser convocado, informou à autoridade responsável que a atividade era incompatível com os dogmas de sua religião, de modo que não poderia exercê-la.

À luz da sistemática constitucional, João:

- A) independentemente da religião, não estava obrigado a atender à convocação, pois o seu trabalho não seria remunerado;
- B) somente deve sofrer restrições em seus direitos caso se recuse a cumprir prestação social alternativa fixada em lei;
- C) deve sofrer restrições em seus direitos, salvo se a sua religião existir há mais de dez anos e os seus dogmas forem públicos;
- D) deve sofrer restrições em seus direitos, pois a laicidade do Estado brasileiro impede que ele se exima, por motivo de crença religiosa, de obrigação legal a todos imposta;
- E) não deve sofrer restrições em seus direitos, pois sua crença religiosa se apresenta como manifestação da dignidade humana, não lhe podendo gerar consequências negativas.

6.) Pedro, servidor público estadual, é suspeito de praticar ilícitos penais. O Ministério Público, no curso das investigações criminais realizadas sob sua presidência, entendeu que a interceptação das comunicações telefônicas teria grande importância para o esclarecimento dos fatos.

Sobre a interceptação das comunicações telefônicas de Pedro, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- A) Elas podem ser interceptadas por qualquer do povo, pois as concessionárias de telefonia prestam um serviço público.
- B) Elas não podem ser interceptadas, pois são emanção da liberdade de expressão e do direito à intimidade.
- C) Elas somente podem ser interceptados por ordem judicial, emanada de juiz competente.
- D) Elas podem ser interceptadas mediante autorização do superior hierárquico de Pedro.
- E) Elas podem ser interceptadas por decisão do Ministério Público, titular da ação penal.

7.) De acordo com o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros

residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Tal sentença se expressa, entre outros, nos termos apresentados nas afirmativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- B) É plena a liberdade de associação de caráter civil, militar ou paramilitar, para fins lícitos.
- C) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- D) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- E) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

8.) Osmar estava em sua residência e foi informado de que deveria permitir a entrada de um policial que estava portando um mandado judicial de busca e apreensão, a ser cumprido justamente em sua residência.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o ingresso na residência de Osmar, sem o seu consentimento, para o cumprimento do referido mandado:

- A) poderia ocorrer em qualquer dia ou horário;
- B) deveria ocorrer em certo horário, que deve ser indicado pela autoridade judicial;
- C) deveria ocorrer à noite, se autorizado pela autoridade judicial;
- D) não poderia ser realizado à noite, ainda que Osmar seja muito perigoso;
- E) não poderia ocorrer no final de semana.

9.) A Constituição Federal dispensou grande proteção aos direitos e garantias fundamentais, com especial ênfase para a liberdade individual. A respeito das hipóteses de privação da liberdade, é correto afirmar que:

- A) somente a autoridade policial pode determinar a prisão de uma pessoa acusada da prática de crime;
- B) a prisão de uma pessoa somente pode ser decretada ao fim de um processo judicial;
- C) a prisão de uma pessoa que está praticando um crime somente pode ocorrer por determinação da autoridade judicial;
- D) qualquer pessoa pode vir a ser presa caso esteja em flagrante delito;
- E) a prisão de uma pessoa acusada da prática de crime pode ocorrer por decisão de qualquer autoridade administrativa.

10.) P. é um ativista político atuando sem vínculos partidários, buscando fiscalizar as atividades dos órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, notadamente as vinculadas aos gastos públicos. Para isso, utiliza diversos sítios da Internet que divulgam estudos sobre orçamentos públicos e a forma de gastos. Além disso, acompanha, pelo Diário Oficial, os convênios realizados pelos entes públicos entre si e com organismos privados.

A partir de conhecimentos retirados de suas pesquisas, passa a divulgar irregularidades que entendia ocorrer por meio da divulgação de panfletos e de requerimentos a diversas autoridades, inclusive ao Ministério Público, sem apresentar qualquer identificação.

A atividade de P., sem identificação, nos termos da Constituição Federal,

- A) decorre da livre expressão.
- B) é inerente à manifestação de pensamento.
- C) é exceção ao direito fundamental, por ser vedado o anonimato.
- D) decorre da opinião sem limites.
- E) é inerente ao regime democrático.

11.) Pedro e Marcelo travaram intensa discussão a respeito da garantia constitucional da irretroatividade da lei, que não pode retroagir para prejudicar “o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”. É correto afirmar que:

- A) somente é considerado adquirido o direito que já foi fruído pelo seu titular;
- B) a coisa julgada é formada no momento em que é publicada a decisão judicial sobre certa matéria;
- C) o direito adquirido é aquele que já foi incorporado à esfera jurídica do seu titular, ainda que não tenha sido fruído;
- D) o ato jurídico perfeito é aquele que a Justiça declara como tal;

GABARITO

PENAL MILITAR

15.B 16.C 17.A

CONSTITUCIONAL

.A 19.D 20.B 21.C 22.B 23.C 24.B 25.D 26.D 27.C 28.C



PELOTÃO DE FRENTE PMPB 2.0

- VIDEOAULAS** BÔNUS: ESSENCIAL MAX
- + MEGA TAP (CURSO DE QUESTÕES PRÉ-EDITAL)
 - + CARGA MÁXIMA (PÓS-EDITAL)
 - + SUPER COMBO DE SIMULADOS
 - + SEMANA DA ULTRAPASSAGEM
 - + LIVES ESPECIAIS
 - + REDAÇÃO
- (TEORIA, ACOMPANHAMENTO
& CORREÇÃO)



ESTOU
PREPARADO

anos